

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.938 - MA (2019/0313454-7)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE ITAPECURÚ MIRIM - MA**
SUSCITADO : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A REGIÃO**
INTERES. : **PATRICIO PAULO RIBEIRO NETO**
INTERES. : **JOSELIA DOS SANTOS LOPES**
ADVOGADOS : **LUIZ ALFREDO JANSEN DE MELLO FONSÊCA - MA006519**
 : **CRISTIANA JANSEN DE MELLO FONSECA - MA007613**
 : **ANA OLIVIA SOUSA ROQUE E OUTRO(S) - MA006605**
INTERES. : **MUNICIPIO DE MIRANDA DO NORTE**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE ITAPECURÚ MIRIM - MA, suscitante, e o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A REGIÃO, suscitado, nos autos da Reclamação Trabalhista, proposta por PATRÍCIO PULO RIBEIRO NETO e outro, em desfavor do MUNICIPIO DE MIRANDA DO NORTE, objetivando a percepção de verbas trabalhistas, no período compreendido entra a contratação, por seleção, até a mudança do regime para estatutário.

Em sede de Recurso Ordinário, o TRT da 16ª Região declinou de sua competência para julgar a presente ação, nos seguintes termos:

"VÍNCULO JURÍDICO ADMINISTRATIVO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. O c. STF já manifestou seu posicionamento no sentido de que a relação de trabalho mantida entre o ente público e seus servidores tem natureza estatutária e jurídico-administrativa, o que torna a Justiça do Trabalho incompetente para processar e julgar a causa. Recurso ordinário conhecido e acolhida a preliminar de incompetência " (fls. 73e).

O Juízo de Direito da 1ª Vara de Itapecuru-Mirim, por sua vez, suscitou o presente Conflito de Competência, porquanto "analisando-se a causa de pedir e os pedidos constantes da exordial, verifica-se que os autores afirmam a celebração com o Município de relação de trabalho por meio de contrato, sem concurso público, sob a égide celetista, sem nenhum vínculo estatutário (...) daí por que não se justifica a propositura ou a permanência desta demanda perante a Justiça Comum" (fl. 86e).

Parecer do MPF, pela competência do Juízo suscitante.

De início, **conheço do Conflito, porquanto se trata de controvérsia**

instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, I, d, da Constituição da República.

In casu, a hipótese se amolda ao disposto na Súmula 97/STJ, **in verbis**:

"Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único".

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EMPREGADO CONTRATADO SOB REGIME CELETISTA, POSTERIORMENTE ALTERADO PARA ESTATUTÁRIO. PEDIDOS E CAUSA DE PEDIR ASSOCIADOS AO PERÍODO CELETISTA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO TRABALHISTA. SÚMULA 97 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. - O autor prestou serviços à extinta Empresa Municipal de Vigilância do Município do Rio de Janeiro, sob o regime celetista, de 20 de maio de 1991, data de sua admissão, a 14 de janeiro de 2010, quando, por força da Lei Complementar Municipal n. 100/2009, foi transposto para regime estatutário. Busca obter valores que considera devidos à previdência social, relativos especificamente a esse período.
2. - Nesse contexto, inafastável a incidência do comando contido no enunciado sumular n. 97 desta Corte: "Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único".
3. - Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no CC 129.749/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 29/10/2014).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CARÁTER MANIFESTAMENTE INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE RECURSAL. CONFLITO NEGATIVO ENTRE JUÍZOS ESTADUAL E TRABALHISTA. AÇÃO ORDINÁRIA CONTRA O ESTADO. RECOMPOSIÇÃO SALARIAL. SERVIÇO PRESTADO NO REGIME CELETISTA. SÚMULA 97/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA LABORAL.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental,

dado o caráter manifestamente infringente da oposição, em observância ao princípio da fungibilidade recursal.

2. Os autores pretendem o recebimento de verbas não pagas decorrentes do vínculo celetista, incidindo no enunciado da Súmula 97 desta Corte Superior: "Compete a justiça do trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores a instituição do regime jurídico único".

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento, para manter a decisão que conheceu do conflito para declarar competente o Juízo da 6ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG (o suscitante)" (STJ, EDcl no CC 103.240/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 05/06/2013).

Não obstante, em caso análogo, firmou-se no âmbito da Primeira Seção desta Corte, a seguinte compreensão:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS COMUM ESTADUAL E TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE CONTRATADO PELO REGIME CELETISTA COM POSTERIOR PUBLICAÇÃO DE LEI LOCAL PREVENDO A TRANSMUTAÇÃO DO REGIME JURÍDICO PARA ESTATUTÁRIO. EXORDIAL TRABALHISTA RESTRITA AO PERÍODO REGIDO PELA CLT. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. Trata-se, na origem, de Reclamação Trabalhista proposta por Laudicéa da Silva, Agente Comunitária de Saúde do Município de Rio Tinto/PB, contra o Município de Rio Tinto/PB, buscando a satisfação dos seguintes pedidos: anotação e baixa da Carteira de Trabalho do período de agosto de 1998 a dezembro de 2007, terço de férias de 2002 a 2007, 13º salário de janeiro de 2002 a dezembro de 2007, FGTS de agosto de 1998 a dezembro de 2007, adicional de insalubridade no grau médio, reflexos do adicional de insalubridade sobre as verbas trabalhistas (fls. 3-8, e-STJ), antes da transmutação do seu regime de trabalho, para o estatutário.

2. Deflui do contexto da Ação Originária que a autora busca a condenação do réu ao pagamento de verbas relativas ao trabalho realizado na função de Agente Comunitário de Saúde, desde seu ingresso em 21.8.1998, data em que foi aprovada em processo seletivo e submetida ao regime celetista, até o período de 19.12.2007 quando

passou a laborar sob o vínculo estatutário. Deste modo verifica-se que os pedidos apenas se restringiram ao regime trabalhista e envolvem apenas o tempo de serviço no qual a reclamante era celetista, que se encontrava em vigor até 19.12.2007.

3. Assim, na linha da jurisprudência do STJ, quando proposta inicialmente Ação Trabalhista perante a Justiça Laboral (fls. 3-8, e-STJ), a competência é da Justiça Especializada, sem prejuízo de ajuizamento de nova causa, com pedido remanescente no juízo próprio.

Aplicação conjugada das Súmulas 97 e 170 do STJ.

4. Conflito de Competência conhecido a fim de declarar competente o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região para julgar a causar nos limites de sua competência, conforme a Súmula 170 do STJ" (STJ, CC 139.708/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 01/07/2015).

Ante o exposto, conheço do Conflito para, à luz das peculiaridades do caso concreto, declarar competente o Juízo suscitado, para julgar os pedidos, dentro de sua competência.

Dê-se ciência aos Juízos envolvidos.

I.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora